



## CORPO DELIBERATIVO

Presidente \_\_\_\_\_ Conselheiro Jerson Domingos  
 Vice-Presidente e Ouvidor \_\_\_\_\_ Conselheiro Flávio Esgaib Kayatt  
 Corregedor-Geral Interino e Diretor-Geral da Escola Superior de Controle Externo \_\_\_\_\_ Conselheiro Marcio Campos Monteiro  
 Conselheiro \_\_\_\_\_ Iran Coelho das Neves  
 Conselheiro \_\_\_\_\_ Waldir Neves Barbosa  
 Conselheiro \_\_\_\_\_ Ronaldo Chadid  
 Conselheiro \_\_\_\_\_ Osmar Domingues Jeronymo

## 1ª CÂMARA

Conselheiro \_\_\_\_\_ Ronaldo Chadid  
 Conselheiro \_\_\_\_\_ Osmar Domingues Jeronymo  
 Conselheiro \_\_\_\_\_ Flávio Esgaib Kayatt

## 2ª CÂMARA

Conselheiro \_\_\_\_\_ Iran Coelho das Neves  
 Conselheiro \_\_\_\_\_ Waldir Neves Barbosa  
 Conselheiro \_\_\_\_\_ Marcio Campos Monteiro

## Conselheiros Substitutos

Coordenador \_\_\_\_\_ Conselheiro Substituto Leandro Lobo Ribeiro Pimentel  
 Subcoordenadora \_\_\_\_\_ Conselheira Substituta Patrícia Sarmento dos Santos  
 Conselheiro Substituto \_\_\_\_\_ Célio Lima de Oliveira

## MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS

Procurador-Geral de Contas \_\_\_\_\_ João Antônio de Oliveira Martins Júnior  
 Procurador-Geral Adjunto \_\_\_\_\_ Matheus Henrique Pleutim de Miranda  
 Corregedor-Geral \_\_\_\_\_ Procurador de Contas Substituto Joder Bessa e Silva  
 Corregedor-Geral Substituto \_\_\_\_\_ Procurador de Contas Substituto Bryan Lucas Reichert Palmeira

## SUMÁRIO

ATOS DE CONTROLE EXTERNO ..... 2

## LEGISLAÇÃO

Lei Orgânica do TCE-MS.....[Lei Complementar nº 160, de 2 de Janeiro de 2012](#)  
 Regimento Interno.....[Resolução nº 98/2018](#)



## ATOS DE CONTROLE EXTERNO

Juízo Singular

Conselheiro Osmar Domingues Jeronymo

Decisão Liminar

### DECISÃO LIMINAR DLM - G.ODJ - 169/2024

**PROCESSO TC/MS** : TC/8088/2024  
**PROTOCOLO** : 2384400  
**ÓRGÃO** : PREFEITURA MUNICIPAL DE JARDIM  
**RESPONSÁVEL** : CLEDIANE ARECO MATZENBACHER  
**CARGO DA RESPONSÁVEL** : PREFEITA MUNICIPAL  
**ASSUNTO DO PROCESSO** : DENÚNCIA  
**DENUNCIANTE** : HIGOR CARVALHO FLORÊNCIO  
**RELATOR** : Cons. Designado FLÁVIO ESGAIB KAYATT

#### DO RELATÓRIO

Tratam os autos de denúncia, com pedido de liminar, oferecida por Higor Carvalho Florêncio, acerca de possível irregularidade no ato de nomeação de candidatos aprovados no Concurso Público Municipal de Provas e de Títulos para o provimento de cargos pertencentes ao quadro efetivo de pessoal do Município de Jardim (Edital n. 020/2023), consoante o disposto na Portaria n. 1.191/2024-DRH, publicada no Diário Oficial da Associação dos Municípios de Mato Grosso do Sul (ASSOMASUL), Edição n. 3.714, de 8 de novembro de 2024, pág. 316, sob a responsabilidade de Clediane Areco Matzenbacher, prefeita municipal.

O expediente foi recebido pela Presidência desta Corte de Contas, por preencher os requisitos de admissibilidade previstos nos arts. 126, § 3º, e 127, § 2º, I e II, do Regimento Interno deste Tribunal de Contas (RITC/MS), aprovado pela Resolução TCE/MS n. 98/2018.

De acordo com o denunciante, o quantitativo de candidatos nomeados ultrapassa o número de vagas constantes do edital do concurso público e o ato de nomeação viola o disposto no art. 21 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) – Lei Complementar n. 101/2000.

#### DA DECISÃO

O denunciante afirma que o ato de nomeação de candidatos aprovados no Concurso Público Municipal de Provas e de Títulos para o provimento de cargos pertencentes ao quadro efetivo de pessoal do Município de Jardim (Edital n. 020/2023), ocorrido em 8 de novembro de 2024, é nulo por violar o disposto no art. 21, incisos I e II, da Lei Complementar n. 101/2000 (LRF).

De acordo com o normativo, é vedado ao gestor público a prática de ato, nos 180 (cento e oitenta) dias anteriores ao final do mandato do titular de Poder, que resulte aumento da despesa com pessoal e que preveja parcelas a serem implementadas em períodos posteriores ao término do mandato, sob pena dos atos serem considerados nulos de pleno direito, vejamos:

Art. 21. **É nulo de pleno direito:** (Redação dada pela Lei Complementar nº 173, de 2020)

[...]  
II - o ato de que resulte aumento da despesa com pessoal nos 180 (cento e oitenta) dias anteriores ao final do mandato do titular de Poder ou órgão referido no art. 20; (Redação dada pela Lei Complementar nº 173, de 2020)

III - o ato de que resulte aumento da despesa com pessoal que preveja parcelas a serem implementadas em períodos posteriores ao final do mandato do titular de Poder ou órgão referido no art. 20; (Incluído pela Lei Complementar nº 173, de 2020)

[...]  
(grifo nosso)

A situação exposta e a documentação apresentada exigem a imediata atuação desta Corte de Contas com o objetivo de evitar o comprometimento do orçamento municipal com atos que acarretem impacto financeiro para a gestão seguinte uma vez que há graves indícios de descumprimento da norma legal.

Ante o exposto, observada a existência de elementos que indicam a necessidade de adoção de medida cautelar para suspender a Portaria n. 1.191/2024-DRH, publicada no Diário Oficial da Associação dos Municípios de Mato Grosso do Sul (ASSOMASUL),



Edição n. 3714, de 8 de novembro de 2024, pág. 316, por inobservância do disposto no art. 21, incisos I e II, da Lei Complementar n. 101/2000 (LRF), e com o objetivo de evitar o comprometimento do orçamento e do limite das despesas de pessoal do Município de Jardim para o exercício financeiro de 2025, entendendo pela incidência do *fumus boni juris* e do *periculum in mora* para a **suspensão cautelar** da Portaria n. 1.191/2024-DRH, com fulcro no art. 56 da Lei Complementar Estadual (LCE) n. 160/2012, c/c o art. 128, I, do RITC/MS.

Intimem-se a prefeita de Jardim, Clediane Areco Matzenbacher, para ciência da presente medida cautelar e comprovação, nos autos, do seu cumprimento, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, nos termos do art. 152, I, c/c o art. 210, do RITC/MS, sob pena de aplicação de multa de 1.000 (mil) Uferms.

Devendo, em igual prazo, prestar esclarecimento, informações ou justificativas sobre os apontamentos da presente medida cautelar e da denúncia apresentada, bem como apresentar cópia legível do ato de homologação do concurso público objeto da presente denúncia.

Por fim, demonstre o impacto financeiro no orçamento municipal das nomeações constantes da Portaria n. 1.191/2024-DRH, bem como qual o alcance no que tange ao limite de despesas de pessoal do Município de Jardim.

É a decisão.

Publique-se.

Campo Grande/MS, 13 de novembro de 2024.

**Cons. FLÁVIO KAYATT**  
**Conselheiro Designado – Relator**  
(Portaria TCE/MS n. 179/2024 – DOE/TCE/MS n. 3890)

